

**O Jornal Oficial do Parlamento Português (de 1821 aos nossos dias) –
Questões de Edição**

Cátia Sofia Santos Almeida

Dissertação de Mestrado em Edição de Texto

Abril, 2016

**O Jornal Oficial do Parlamento Português (de 1821 aos nossos dias) –
Questões de Edição**

Cátia Sofia Santos Almeida

Dissertação de Mestrado em Edição de Texto

Abril, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto, realizada sob a orientação
científica do Professor Doutor João Luís Lisboa.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Luís Lisboa, que pacientemente aguardou por notícias minhas e me deu preciosos conselhos;

À minha família, que pacientemente aguardou as minhas fugazes visitas;

À Adriane, que pacientemente vestiu o papel de vigilante da língua portuguesa;

À Manuela, que pacientemente me tem apoiado na jornada que começou em 2013 e que esperamos não ter fim à vista;

Ao José Diogo, que pacientemente respondeu às minhas perguntas e narrou deliciosas histórias e estórias parlamentares;

Ao Pedro, que pacientemente esperou que eu voltasse.

Aos profissionais da Imprensa Nacional-Casa da Moeda:

Carla Gomes

Carlos Ribeiro

Hélder de Sousa Santos

Joaquim Melo

José Dias

Lisete Ferreira

Maria Alcina Lopes

Maria João Gaiato

A todos mil vezes obrigada.

O JORNAL OFICIAL DO PARLAMENTO PORTUGUÊS (DE 1821 ATÉ AOS DIAS DE HOJE) – QUESTÕES DE EDIÇÃO

Cátia Sofia Santos Almeida

RESUMO

A presente dissertação analisa e assinala a evolução da linha gráfica do Jornal Oficial do Parlamento Português em três períodos distintos (1821-1822, 1975-1976 e 2013-2015) ao mesmo tempo que reflete metodologias de edição de texto.

Pretende-se sinalizar o percurso de uma publicação oficial que regista, comunica e preserva uma parte fundamental da história política do país.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal Oficial, Parlamento, Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Diário da Assembleia Constituinte, Diário da Assembleia da República, Evolução Gráfica, Edição.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes and marks the evolution of the The Assembly's Official Journal graphic line in three distinct periods (1821-1822, 1975-1976 and 2013-2015) reflecting editing methodologies at the same time.

The intent is to indicate the course of an official publication that registers, communicates and preserves a fundamental part of the country's political history.

KEYWORDS: Official Journal, Parliament, Journal of the General and Extraordinary Cortes of the Portuguese Nation, Journal of the Constituent Assembly, Journal of the Assembly of the Republic, Graphic Evolution, Editing.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Enquadramento histórico-político	
1. 1. Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa	4
1. 2. Diário da Assembleia Constituinte.....	6
1. 3. Diário da Assembléia da República	10
2. Evolução da Linha Gráfica do Jornal Oficial do Parlamento Português	
2. 1. Dimensão e formato	13
2. 2. Tipo de papel	17
2. 3. Tipo de letra	20
2. 4. Logotipo/Cabeçalho de título	26
2. 5. Subtítulos	29
2. 6. Espaçamento	32
2. 7. Margens	34
2. 8. Mancha gráfica e formatação de texto	36
2. 9. Notas de rodapé	38
2. 10. Observações	40
3. Os bastidores do <i>Diário da Assembleia da República</i>	43
Conclusão	53
Bibliografia	55
Anexos	
Anexo I Base de Dados	58
Anexo II Evolução dos Logotipos do Jornal Oficial.....	59
Anexo III Questões de Espaçamento.....	63
Anexo IV Estudo do Aspeto Gráfico do <i>Diário das Sessões</i>	65

INTRODUÇÃO

A presente dissertação vem encerrar um capítulo académico que começou em 2012, ano em que iniciei o mestrado em Edição de Texto.

Concluída a parte letiva em junho de 2013, seguiu-se um hiato de dois anos e meio — período sabático, se quisermos — até retomar o mestrado.

Nesse intervalo de tempo, enquanto a vida académica se encontrava em pousio, a vida profissional avançava a um ritmo alucinante. O Palácio de S. Bento tornou-se na minha segunda casa — na verdade, primeira casa — e a vida parlamentar começou a confundir-se com a minha vida pessoal.

Mergulhada no principal palco do debate político do país, onde nunca se dorme e raramente se tira férias, as minhas mãos são mais duas a juntar a outras tantas que todos os dias se ocupam da hercúlea tarefa de elaborar o Jornal Oficial do Parlamento Português.

Não havendo estudos conhecidos sobre a evolução gráfica desta publicação e devido à sua particularidade — ao mesmo tempo que é um Diário, portanto um jornal, funciona também como ata das sessões plenárias, o que resulta numa simbiose harmónica — proponho-me, ao longo das próximas páginas, contextualizar, assinalar, comparar e documentar as alterações gráficas que ocorreram no Jornal Oficial desde 1821 até aos dias de hoje.

Pela necessidade de restringir o universo estudado, delimitei três períodos específicos da nossa História para estudar tal publicação: 1821-1822 (por ser os primórdios do Jornal), 1975-1976 (por constituir um período de fortes mudanças políticas, económicas e sociais) e 2013-2015 (por nos aproximar daquele que é o Jornal nos dias de hoje). Ficam, assim, abrangidos e representados os séculos XIX, XX e XXI.

O Jornal Oficial do Parlamento Português, que tem hoje a designação de *Diário da Assembleia da República* (DAR), é uma publicação que existe desde 1821. As Cortes, logo após a Revolução Liberal, instituíram esta publicação que dá corpo e funciona como repositório de grande parte daquela que tem sido a vida política em Portugal.

Esta publicação, que se mantém nos dias de hoje, já teve diferentes designações que correspondem a diferentes momentos e ciclos políticos que o país atravessou: *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, *Diário da Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa*, *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, *Diário das Sessões*, *Diário da Assembleia Constituinte* e *Diário da Assembleia da República*.

Embora conteúdo e forma sejam variáveis inseparáveis, que não se devem isolar entre si, não pretendo averiguar o génio ou a qualidade literária nem ficar encarcerada no conteúdo do Jornal Oficial.

Por esse motivo, há um primeiro capítulo que visa enquadrar os períodos citados *supra* apenas com o intuito de contextualizar, laconicamente, o momento histórico-político que se estava a viver no país e, assim, ajudar à compreensão e análise das opções gráficas como manifestações da História.

De seguida, há um segundo capítulo trabalhado a dois tempos. Ao traçar, num primeiro momento, a evolução da linha gráfica do Jornal Oficial (cujos parâmetros se baseiam nos elementos que fazem parte da materialidade e da configuração de uma publicação: dimensão e formato, tipo de papel, tipo de letra, logotipo/cabeçalho de título, subtítulos, espaçamento, margens, mancha gráfica e formatação de texto, notas de rodapé e observações), também haverá lugar a reflexões várias, num segundo momento, sobre procedimentos, lógicas e metodologias de edição.

É feita, portanto, a relação entre texto, *layout* da página e suporte. Para além de haver um trabalho de descrição das mudanças gráficas, voluntárias e involuntárias, que foram ocorrendo no Jornal Oficial ao longo das três épocas escolhidas, também é feito um trabalho de reflexão sobre essas mesmas mudanças. Cabe-nos perguntar: O que servia às edições antigas funciona hoje? Qual o tipo de suporte usado? Quais os modelos de registo? Como era e é feito o processo de edição? A legibilidade do texto é superior agora? Qual o tipo de letra usado? O modo como o espaço é preenchido na página mantém-se? O Jornal foi-se adaptando às tecnologias?

Por fim, surgirá um capítulo dedicado ao trabalho de bastidores que é feito, atualmente, no serviço do Parlamento que elabora o *Diário da Assembleia da República*, desvendando o *modus operandi* de uma publicação oficial desta natureza.

Proponho uma leitura situada no tempo e no espaço para que se percecione as alterações gráficas de que foi alvo o Jornal Oficial de forma a chegar a uma aproximação dos modos de editar de cada uma das épocas em análise, tomando a parte literária como acessório.

1. Enquadramento histórico-político

1.1 Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822)

O primeiro número do Jornal Oficial, que tem a designação de *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, data de 24 de janeiro de 1821.

A reunião inicial — denominada Sessão Preparatória — das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, também designadas por Soberano Congresso, teve lugar no Palácio das Necessidades e da ordem de trabalhos constou aquilo a que chamamos hoje de verificação de poderes. Como se pode ler no n.º 1 deste *Diário*: «Procedeu-se à sessão preparatória de verificação dos diplomas, e legalização das pessoas e poderes de cada um e de todos os apresentados»¹. Atualmente, é criada a Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos para esse fim.

De seguida, após a eleição interina da Mesa, foi feita uma referência à quantidade de pessoas que assistiram a essa primeira sessão: «Em consequência foram admitidos tantos espectadores quantos permitiu a capacidade das galerias para isso destinadas».

Nesta sessão preparatória ocorrida no dia 24 de janeiro, para além da nomeação do presidente e do secretário, foram nomeadas as comissões para a verificação de poderes, tendo sido apresentada a relação nominal dos deputados legitimados. Também foi discutida a fórmula de juramento.

Dois dias depois, em 26 de janeiro, realiza-se, então, a primeira sessão das Cortes Gerais e Extraordinárias, em que o Presidente do Governo, no seu discurso dirigido aos «ilustres representantes da nação portuguesa», refere que esse dia será «para sempre glorioso e memorável, que fará a mais brilhante época na história da Monarquia».

Assim começa a história do parlamentarismo português.

¹ Para facilidade de leitura, todas as citações extraídas do *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* sofreram uma atualização mínima de ortografia sem alterar o sentido.

Na sequência da Revolução Liberal de 1820, tornou-se premente elaborar uma Constituição que fosse fiel aos ideais liberais. Para esse efeito, foi criada a Junta Provisional do Governo do Reino que tinha como incumbência governar em nome de D. João VI, manter a religião católica, eleger as cortes constituintes e elaborar uma constituição.

Note-se que, nesta altura, um ambiente de grande incerteza dominava as Cortes. Havia uma nação para reconstruir, havia tudo para pedir, havia de unir forças e trabalhar. Ia propor-se, discutir-se, legislar-se.

Mas, mesmo antes da Revolução Liberal, que veio trazer um novo paradigma ao poder político, Portugal já se encontrava numa posição vulnerável devido às invasões francesas. A fuga da família real para o Brasil, a destruição da agricultura e da indústria e o elevado número de mortos foram algumas das consequências das invasões. O resultado foi uma nação devastada e mergulhada numa acentuada crise económica e social.

As páginas do *Diário* testemunham inequivocamente o ambiente que se vivia nesta época. Se, por um lado, os debates parlamentares revelaram uma componente pedagógica no sentido de haver a preocupação de instruir os cidadãos sobre os princípios do liberalismo, por outro lado, revelaram uma notória divisão dos deputados em duas alas — a conservadora, prudente nas reformas e comprometida com a defesa dos privilégios; e a radical, que representava a rutura com o Antigo Regime.

Entre janeiro de 1821 e novembro de 1822, a discussão sobre as bases da constituição fervilhava e muitos foram os temas discutidos de forma calorosa e surpreendente.

O magistrado e deputado Borges Carneiro, na sessão do dia 21 de novembro de 1821, avançou com a seguinte proposta: «Proponho pois como coisa urgentíssima que se decrete que todos os réus que ao tempo da publicação do presente decreto se acharem presos há mais de cinco anos por crimes que mereçam a pena de morte não sofram esta pena mas a imediatamente menor».

Ao fim de 20 meses de intenso debate nasceu a primeira e tão aguardada Constituição Portuguesa. Foi aprovada em 23 de setembro de 1822, sendo que as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa reuniram pela última vez no dia 4 de novembro de 1822. O rei D. João VI regressou do Brasil, assinou a Constituição e jurou respeitá-la, na sessão do dia 1 de outubro do mesmo ano, proferindo o seguinte discurso, como assinala o *Diário*: «Venho hoje ao seio da representação nacional aceitar a Constituição, que acabais de fazer, e firmar com o mais solene juramento a inviolável promessa de a guardar, e fazer guardar».

Foi dado um passo de gigante na história política portuguesa. A Constituição de 1822, o mais antigo texto constitucional português, veio trazer a separação dos poderes, que até então estavam centrados na figura do Rei. O poder legislativo ficou à mercê das Cortes, o poder executivo ficou nas mãos do Rei e o poder judicial ficou a cargo do Tribunal. Mas outros passos de gigante foram dados com esta Lei Fundamental, como a defesa dos princípios liberais da soberania nacional e da representação política plena.

O *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, segundo José Diogo, «era dirigido por uma comissão parlamentar que procedia à sua publicação, venda e administração, sendo a parte taquigráfica dirigida por um súbdito espanhol, D. Ângelo Roman Marti, que veio expressamente de Madrid, convidado pelo governo português, para dar formação em estenografia. De notar que este modelo de registo prolongou-se até aos anos 60 do século XX, altura em que se dá a alteração no modelo de registo das intervenções em plenário»².

1.2 Diário da Assembleia Constituinte (1975-1976)

O *Diário da Assembleia Constituinte* inicia a sua publicação no dia 2 de junho de 1975 com a sessão solene inaugural da nova Assembleia. Entre as 16 horas e 10 minutos e as 16 horas e 35 minutos — o tempo que durou a sessão —, o então Presidente da República, General Francisco da Costa Gomes, e o

² Vargas, Ana; Valente, Pedro (coord.), *O Parlamento na Prática*, Lisboa: Divisão de Edições, Assembleia da República, 2008, p. 355

Presidente Interino da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, que presidiu à sessão, procederam à inauguração dos trabalhos.

A intervenção do General Francisco da Costa Gomes discorreu sobre o processo revolucionário e as suas implicações práticas na nova fase que se inicia nos trabalhos parlamentares. Nas suas palavras: «Revoluções são processos em que os povos, depois de romperem um metabolismo social tornado intolerável, entram em marcha, mais ou menos acelerada, até atingirem um novo patamar de equilíbrio social, historicamente transitório».

Sobre o hercúleo trabalho que cabe aos constituintes, o de redigir uma Constituição, Costa Gomes frisa: «É tarefa para génios gizar uma Constituição revolucionária tão avançada que não seja ultrapassada, tão adequada que não seja flanqueada, tão inspirada que seja redentora, tão justa que seja digna dos trabalhadores de Portugal».

Já o Presidente Henrique de Barros ressalva o desígnio maior dos trabalhos que se avizinham: «Aqui nos encontramos reunidos, portanto, os Deputados livremente eleitos pelo Povo, a 25 de Abril de 1975, com a firme intenção de nos desempenharmos da missão concreta e específica que nos foi atribuída pela Revolução: a de elaborarmos, se possível no prazo de noventa dias, uma Constituição Política da República Portuguesa que, respeitando o pacto estabelecido entre o MFA e os partidos políticos, possa servir de quadro institucional às profundas transformações sociais de que o País carece e que já se encontram em marcha».

Antes de encerrar a sessão, o Presidente Henrique de Barros remata: «A História, juiz implacável, dirá um dia se fomos ou não capazes de desempenhar cabalmente a missão que o eleitorado nos atribuiu, nessa grande e inesquecível jornada cívica que foi o 25 de Abril de 1975».

O *Diário* reflete a vivacidade dos debates da Assembleia Constituinte, a necessidade de substituir o regime anterior e a consciência de que se estava perante um momento fundador, o da democracia.

Para além da discussão dos projetos da Constituição, uma das matérias que mais se destacou nos debates, a propósito da elaboração do Regimento da

Assembleia Constituinte, foi a existência de um período antes da ordem do dia, com a duração máxima de uma hora, destinado, entre outros assuntos, «ao uso da palavra para versar assuntos de política nacional de interesse para a Assembleia Constituinte», como consta do artigo 42.º do próprio Regimento.

À Comissão do Regimento, criada três dias após a sessão inaugural, foram entregues três projetos de regimento (do Partido Socialista, do Partido Popular Democrático e da União Democrática Popular) que deram lugar a um texto único.

Apesar de aprovado por maioria o projeto de regimento apresentado pela Comissão, o PCP e o MDP votaram contra, tendo expressado o deputado Luís Catarino, na sua declaração de voto, que a existência de um período antes da ordem do dia poderia conduzir a entraves ao desenvolvimento do processo revolucionário devido à indefinição dos assuntos a tratar e ao excessivo tempo atribuído a esse período.

Mas foi, de facto, durante esse período antes da ordem do dia que se debateram questões fraturantes e em que se denunciaram os radicalismos revolucionários, as ofensas aos direitos do Homem e mesmo a questão do Pacto MFA-Partidos.

Um dos períodos mais conturbados ocorreu entre junho e novembro de 1975, que contou com episódios de agitação revolucionária e contrarrevolucionária, culminando num cerco à Assembleia, protagonizado por operários da construção civil que reivindicavam melhores condições laborais, no dia 12 de novembro.

Foi no verão desse ano — que ficaria para a História como «Verão Quente de 1975» — que a tensão político-social atingiu o seu auge, culminando no golpe de 25 de novembro de 1975. Não podemos, de todo, esquecer que o país atravessava um período de grande instabilidade interna: entre 1974 e 1976 tomaram posse seis governos provisórios.

Nesta altura, a vida política estava no centro de tudo e havia a consciência, da parte dos deputados, de que se iria iniciar o processo de fundação da democracia e de que aqueles longos meses de trabalho iriam marcar a História do país.

A Assembleia foi palco de um conjunto de debates importantes, entre os quais a escolha do nome do Parlamento. As páginas do *Diário* n.º 116, do dia 10 de março de 1976, retratam a discussão sobre essa matéria. Várias propostas foram dadas pelos partidos (Assembleia Legislativa, pelo CDS e MDP/CDE; Assembleia Legislativa Popular, pelo PS; Câmara dos Deputados, pelo PPD e PCP), mas a proposta vencedora e que reuniu consenso geral foi a do deputado Carlos Mota Pinto: «Eu creio que poderíamos chamar à Assembleia Legislativa, pura e simplesmente, Assembleia da República. Assembleia da República, porque é o órgão colegial que exprime e traduz a República. Há o Presidente da República, uma figura singular, que encabeça e simboliza, portanto, o Estado. E há um órgão colegial que exprime, que é o representante do povo português».

Em 2 de abril de 1976, exatamente 10 meses depois da sessão inaugural, a Constituição da República Portuguesa foi aprovada, com os votos contra de 15 deputados do CDS.

Essa última sessão da Assembleia Constituinte, como regista o *Diário*, foi dedicada à leitura do articulado da Constituição, à formulação de declarações de voto orais e às intervenções dirigidas à Câmara do Presidente Henrique de Barros e do Presidente da República.

No discurso final, O Presidente Henrique de Barros resumiu em números as atividades levadas a cabo pelos constituintes: «Efetuaram-se 132 sessões plenárias, ocupando quase 500 horas, e 327 sessões das 13 comissões especiais que se constituíram, ocupando um total aproximado de 1000 horas. Das sessões plenárias, 108 foram dedicadas ao trabalho propriamente constituinte, discutindo e votando o articulado que as comissões iam sucessivamente elaborando e propondo».

Já o Presidente da República, depois de dirigir palavras de agradecimento ao Presidente da Assembleia Constituinte e aos demais deputados que a

compuseram e depois de sublinhar a importância da Lei Fundamental que acabara de ser aprovada, concluiu o seu discurso dizendo: «Eis-nos, pois, no momento decisivo de uma nova fase da caminhada em direção à democracia e ao socialismo, na qual a Constituição que tenho a honra de promulgar é instrumento básico para a construção, em liberdade e em paz, da sociedade que ambicionamos para todos nós, em Portugal».

Esta última e muito longa sessão — começou às 9 horas e 45 minutos e terminou às 22 horas e 50 minutos — veio consolidar e concluir o trabalho que havia sido começado na madrugada de 25 de Abril de 1974. Portugal, estava, nas palavras de Sophia, «Como casa limpa / Como chão varrido / Como porta aberta // Como puro início / Como tempo novo / Sem mancha nem vício // Como a voz do mar / Interior de um povo // Como página em branco / Onde o poema emerge // Como arquitetura / Do homem que ergue / Sua habitação.

1.3 Diário da Assembleia da República (2013-2015)

As páginas do *Diário da Assembleia da República* refletem, através das intervenções dos deputados, o panorama nacional e internacional.

Em 2013, decorria a XII Legislatura e o XIX Governo Constitucional, em funções desde junho de 2011, era liderado por Pedro Passos Coelho, enquanto Primeiro-Ministro, e por Paulo Portas, enquanto Vice-Primeiro-Ministro. Em 2015, as eleições legislativas de 4 de outubro ditaram a vitória da coligação Portugal à Frente, constituída por PSD e CDS-PP, mas a aprovação da moção de rejeição do PS ao Programa do XX Governo Constitucional provocou a queda do governo.

Os partidos da esquerda parlamentar — Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Ecologista «Os Verdes» — uniram-se e assinaram acordos de posição conjunta para viabilizar a formação de governo.

No dia 24 de novembro de 2015, António Costa é indigitado Primeiro-Ministro por Cavaco Silva.

Maria da Assunção Esteves foi a primeira mulher, em Portugal, a ocupar o cargo de Presidente da Assembleia da República, entre 2011 e 2015, sucedida por Eduardo Ferro Rodrigues.

O século XXI trouxe novos desafios e novos modos de pensar. Numa face da moeda, vislumbramos um mundo que se tornou numa aldeia global, aproximando pessoas, culturas e hábitos, facilitando a comunicação e a disseminação da informação, progredindo na medicina e desenvolvendo a cultura do saudável; na outra face da moeda, vislumbramos a propagação do terrorismo à escala planetária, o crescimento dos problemas ligados à sustentabilidade ambiental, a acentuação da crise económica e financeira internacional, o aumento da taxa de desemprego e de pobreza e o (re)aparecimento de grandes epidemias, como é o caso dos vírus dengue e zika.

Em 2013, o país estava sob a alçada do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) negociado com a troica, composta pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Em execução desde 2011, o PAEF propunha-se resgatar o país de uma crise económica profunda, tocando em todos os setores.

No *Diário da Assembleia da República* nº 67, de 23 de março de 2011, o então Ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, dirigia-se aos deputados dizendo: «O País tem de eliminar os desequilíbrios macroeconómicos que comprometem o seu crescimento e dificultam o seu acesso às fontes de financiamento externo. Tal exige um forte ajustamento orçamental e a prossecução de reformas estruturais indispensáveis ao futuro crescimento do País. Um e outro impõem sacrifícios significativos aos portugueses. O que nos está a ser exigido é um ajustamento sem precedentes».

Em maio de 2014, Portugal disse adeus ao programa de resgate financeiro acordado entre o governo de Sócrates e a troica e executado pelo governo de Pedro Passos Coelho, conseguindo uma saída limpa, isto é, sem recorrer a um programa cautelar.

A nível internacional, a falência do banco norte-americano Lehman Brothers, em 2008, desencadeou uma onda que fez tremer a economia mundial, provocando a instabilidade dos mercados financeiros e desencadeando uma crise

à escala global. O efeito dominó não tardou a chegar aos países do sul da Europa, como a Portugal e à Grécia.

A nível social, o Parlamento português discutiu e aprovou matérias fraturantes. Depois de ter legalizado, em 2007, a interrupção voluntária da gravidez e de ter aprovado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2010, chegou a vez de, em 2015, ser aprovada em plenário a adoção de crianças por casais homossexuais. A socialista independente Isabel Alves Moreira, na apresentação do projeto de lei do PS sobre a eliminação das discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, começa por dizer: «Não há forma mais nobre de iniciar uma legislatura do que concretizando direitos fundamentais». E prossegue: «O que está em causa é pôr um ponto final na exclusão da possibilidade de casais do mesmo sexo se candidatarem à adoção e de, conseqüentemente, ser possível, também nos casais do mesmo sexo, a adoção do filho do cônjuge ou unido de facto, que já é, na verdade, pai e mãe, ainda que vergonhosamente não reconhecido na lei», como consta do *Diário da Assembleia da República* n.º 8, de 20 de novembro de 2015.

O colapso da economia mundial, a crise da dívida pública europeia, o pedido de ajuda externa por parte de Portugal e a necessidade de reestruturação vieram desafiar a unidade da Europa e pôr à prova a sua estabilidade e firmeza, numa altura em que as estatísticas revelavam valores bastante baixos relativamente ao índice de confiança e de felicidade.

2. Evolução da Linha Gráfica do Jornal Oficial do Parlamento Português

A — Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822)

B — Diário da Assembleia Constituinte (1975-1976)

C — Diário da Assembleia da República (2013-2015)

2.1 Dimensão e formato

A — 280 mm × 200 mm

B — 295 mm × 200 mm

C — Formato eletrónico

No século XIX ainda não estavam padronizados os formatos das publicações, mesmo as oficiais. As folhas do *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) medem 280 mm × 200 mm, um formato que hoje em dia não está em vigor.

A diversidade de tamanhos de papel que circulava por todo o mundo ditou a criação de um sistema internacional com o intuito de estabelecer medidas-padrão, que entrou em vigor em 1975. No entanto, a Imprensa Nacional, que era responsável pela impressão do *Diário*, não adotou logo de imediato as medidas *standard*. As folhas do *Diário da Assembleia Constituinte* (B) medem 295 mm × 200 mm.

Por sua vez, a questão do formato da página não se coloca, atualmente, com o *Diário da Assembleia da República* (C). Quando passou a ser publicado unicamente em formato eletrónico, a partir de 15 de setembro de 2003, as preocupações gráficas viraram-se para o mundo tecnológico, como para a escolha de um formato apropriado para o modo de leitura em ecrã, para a perceção de como resultam todos os elementos que configuram o *layout* numa

página virtual e o modo como se acede aos Diários a nível de pesquisa informática.

Se até 2003 os Diários eram publicados em papel, depois dessa data o papel virtual, portanto o ecrã, tornou-se protagonista. Esta alteração trouxe mudanças em vários níveis, mas, sobretudo, no modo de aceder à informação.

Até à sua disponibilização na *internet*, qualquer cidadão que quisesse consultar os Diários teria de os comprar. A par disso, a procura de informação nessa publicação não estava facilitada uma vez que a configuração dos Diários não comportava índice. Folheá-los seria a única opção para encontrar a informação pretendida. A partir de 1974, com a introdução do sumário na folha de rosto, a pesquisa tornou-se um pouco mais facilitada.

Quando a I Série do *Diário da Assembleia da República* passou a ser publicada em formato eletrónico, surgiu a necessidade de criar uma base de dados, a Debates Parlamentares, com o objetivo de os Diários, desde 1821 até ao presente, poderem ser consultados de forma rápida e gratuita.

Essa base de dados, que é a mais consultada no *site* do Parlamento, foi desenvolvida através de uma parceria entre a Assembleia da República e a Universidade de Aveiro. Com um grafismo recentemente renovado, a base de dados está adaptada para dispositivos móveis e assegura o cruzamento de informação com outras bases de dados do Parlamento, como é caso das bases Catálogo da Biblioteca, Arquivo Audiovisual, Arquivo Histórico e Legislação Régia.

A organização da Debates Parlamentares apresenta-nos os Diários segmentados em quatro períodos históricos: Monarquia Constitucional (1821-1910), 1.^a República (1910-1926), Estado Novo (1935-1974) e 3.^a República (a partir de 1974)³.

Para além de se poder aceder aos Diários pela base de dados Debates Parlamentares, há um outro motor de busca, também acessível no portal do

³ Consultar figura 1 do Anexo I

Parlamento, que facilita a procura de informação por tema, legislatura, sessão legislativa, tipo de debate, assunto, data e nome do deputado proponente⁴.

Toda a atividade parlamentar fica, assim, disponível com o máximo de rigor e transparência. É possível, também, consultar as versões em papel dos Diários, que estão disponíveis no Arquivo Histórico Parlamentar (Diários desde 1821 até 1974) e na Biblioteca da Assembleia da República (Diários desde 1975 até 2003, data em que deixaram de ser publicados em papel). Ambos os sítios estão abertos ao público de segunda a sexta-feira.

Antes de pensar a configuração do texto na página, e em tudo o que isso implica, é necessário tomar uma decisão acerca do formato de jornal que se pretende. Após essa decisão, podemos, então, começar a pensar na organização da página e a limitar o tamanho das margens de modo a que haja uma perceção do espaço que o texto pode ocupar. Trabalha-se, portanto, de fora para dentro.

Os critérios para a escolha do formato do jornal prendem-se com alguns fatores, como com o processo de impressão, a periodicidade da publicação, o seu conteúdo, o tipo de leitor e o modo como vai ser manuseado.

Durante muito tempo, os formatos-padrão para as publicações não estavam estabelecidos. No início do século XX, com a criação do sistema ISO (International Organization for Standardization), baseado no padrão alemão DIN (Deutsches Institut für Normung), essa realidade alterou-se.

A padronização dos tamanhos de papel consumou-se em 1975. Nesta data, o padrão DIN 476 passou a ser estabelecido como ISO 216 e foi adotado como formato oficial das Nações Unidas, abrangendo uma grande percentagem de países fora da Europa, exceto os Estados Unidos da América, o Canadá, o México, a Bolívia, a Costa Rica, entre outros, que adotaram o sistema US Letter.

O sistema ISO 216 engloba os formatos de papel da série A, B e C, sendo a série A a mais comum e usada no dia a dia, sobretudo o formato A4 (210 × 297 mm).

⁴ Consultar figura 2 do Anexo I

Por sua vez, o formato A0 (841×1189 mm) e A1 (594×841 mm) é mais utilizado para desenhos técnicos, o formato A5 (148×210 mm) para blocos de notas, o formato C6 (114×162 mm) para cartas A4 dobradas duas vezes e os formatos B4 (250×353 mm) e A3 (297×420 mm) para jornais.

A padronização dos tamanhos do papel veio, também, simplificar os processos de impressão.

2.2 Tipo de papel

A — Papel apergaminhado 80 g/m²

B — Papel apergaminhado 60 g/m²

C — O ecrã substituiu o papel

Se no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) o papel tem 80 g, oferecendo, portanto, alguma resistência, o papel usado para a impressão do *Diário da Assembleia Constituinte* (B) tem uma gramagem inferior, 60 g, pelo que é mais fino e aproxima-se do papel usado nos dias de hoje para a impressão de jornais.

Já no *Diário da Assembleia da República* (C) esta questão não se coloca, uma vez que está apenas disponível eletronicamente. As práticas de leitura e de escrita alteraram-se e os suportes foram acompanhando os novos modos de estar da sociedade. A necessidade de acompanhar o advento das tecnologias ditou o fim da publicação do *Diário* em papel.

Para além dos computadores e dos telemóveis, os *e-readers* e os *tablets* estão a ganhar cada vez mais terreno. Já não é preciso sair de casa para ler o jornal e saber as últimas novidades. Um clique é quanto basta para mergulharmos no sem fim de informação que a *internet* disponibiliza de forma célere.

O leitor passou a utilizador. E a interatividade nestas novas formas de comunicar é cada vez maior. Há um movimento de aproximação e, em simultâneo, de afastamento. Por um lado, o leitor-utilizador, através da *internet*, tem a facilidade de fazer pesquisas detalhadas, consultar todo o tipo de dados, comentar, entrar em contacto com instituições para fazer críticas, dar sugestões, partilhar e discutir os seus gostos nas redes sociais; por outro lado, como não precisa de sair de casa para o fazer, isola-se e deixa de ter contacto regular com as pessoas.

No caso do *Diário* em concreto, e desde que está disponível em formato eletrónico, há uma maior interatividade com o leitor, uma vez que, a partir do texto, pode clicar nas hiperligações que remetem para a biografia dos deputados e para as iniciativas legislativas.

Cada vez mais a linguagem informática está a ser dominada por miúdos e graúdos e o que conta, nos dias de hoje, é determinada publicação estar disponível *online* e ser gratuita. Se não estiver disponível *online*, não existe.

Face a este admirável mundo novo, há que produzir textos nos suportes que a sociedade está a usar no momento e ter a flexibilidade e a rapidez para, a qualquer momento, mudar o suporte e adaptar-se às novas práticas de leitura que surgem.

O suporte determina escrita. E o papel como suporte da escrita é uma invenção que remonta a 105 d.C. Foi nesta data que Ts'ai Lun, eunuco da corte, inventou o mais parecido com o que reconhecemos hoje como papel.

A necessidade de o império chinês ter um material prático, barato e de fácil manuseio para registar assuntos burocráticos fez com que este revolucionário processo levado a cabo por Ts'ai Lun tivesse sido bem acolhido. A matéria-prima essencial para o fabrico do papel eram as fibras da roupa e das cascas de amoreira. Inicialmente, era um processo com muitas etapas e, por isso, tornava-se moroso. Com o tempo, os contemporâneos de Ts'ai Lun passaram a usar uma tela feita com tiras de bambu muito finas, aperfeiçoando, desta forma, o processo. Só 900 anos depois é que as técnicas já usadas no Oriente chegaram à Europa.

Mas, antes do papel, houve outros suportes para a escrita. Nos seus primórdios, para além de a escrita ser gravada na pedra, muitos escribas, a partir de 2400 a.C., começaram a usar o papiro (em rolo). Vindo do Egito, era feito de uma planta que crescia no vale do rio Nilo e caracterizava-se pela sua fragilidade, não podendo ser usado dos dois lados e a sua produção era limitada.

Em 150 a.C., o pergaminho (em caderno), inventado pelos habitantes de Pérgamo, passou a ser o suporte de escrita predominante e o papiro foi posto de lado.

O pergaminho provinha da pele de carneiro ou de cabra e era reconhecido por ser macio, flexível e resistente. Por ser uma matéria cara, era reutilizado: apagava-se o texto e escrevia-se, de novo, por cima do que foi apagado — o chamado palimpsesto. Este suporte foi usado até à difusão do papel.

O missal de Silos é o mais antigo manuscrito conhecido e data do século XI. Espanha, aliás, foi pioneira por ser o primeiro país do Ocidente a ter fábricas de papel.

O papel começou a ganhar terreno, bem como a tipografia, e em 1600 já havia mais de 16 000 fábricas de papel.

Atualmente, os tipos de papel mais comuns são o acetinado, o couché, papel-jornal ou papel de imprensa, o avergoado, o térmico e o maché.

2.3 Tipo de letra

A — Bodoni, corpo 10

B — Times New Roman, corpo 10

C — Arial, corpo 10 no texto principal e corpo 8 no sumário

No *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) a fonte usada é a Bodoni, corpo 10.

No *Diário da Assembleia Constituinte* (B) a fonte usada é a Times New Roman, corpo 10.

No *Diário da Assembleia da República* (C) a fonte usada é a Arial, corpo 10 no texto principal e corpo 8 no sumário. Esta fonte foi escolhida quando, em 2003, o *Diário* passou a estar disponível em suporte eletrónico. Nessa altura, houve a necessidade de se pensar numa fonte que oferecesse boa legibilidade e comodidade na leitura em ecrã.

Entre 1821 e 2003, data em que o *Diário* deixou de ser impresso em papel, era o chefe da divisão que tutelava a composição do *Diário*, na Imprensa Nacional, que escolhia o tipo de letra e todos os outros elementos gráficos. Estas decisões gráficas eram tomadas de um modo informal e sem registo escrito. Atendia-se às características da época e, tendo em vista a comodidade do leitor, procurava-se escolher o que mais se adequava ao tipo de publicação.

Com a disponibilização do *Diário* na *internet*, houve a necessidade de repensar a sua configuração, nomeadamente o tipo de letra. Como a Imprensa Nacional deixou de fazer a impressão do *Diário*, passou a ser o chefe da Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, da Assembleia da República, a tomar tais decisões, comunicando-as aos secretários da mesa da Assembleia da República.

As opções gráficas do *Diário da Assembleia da República* estiveram sempre a par com as do *Diário da República* por serem duas publicações oficiais idênticas.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, *tipografia* significa:

1. *Tip.* Arte de compor e imprimir, reproduzindo o texto por meio de caracteres, de tipos.
2. *Tip.* Oficina ou estabelecimento onde se imprimem textos; oficina tipográfica.

A tipografia compreende, portanto, várias operações, desde a criação dos caracteres móveis à composição e à impressão dos textos.

Em todo o decorrer da história da evolução da tipografia, a preocupação com a comodidade do leitor é visível.

Para Bodoni⁵, a letra é o que de mais belo tem o texto e deverá assentar em quatro virtudes fundamentais: regularidade, nitidez, bom gosto e graça. Regularidade no sentido em que as letras — portanto, o alfabeto — devem ser uniformes e coerentes entre si; nitidez pelo cuidado apurado que se deve ter com os processos de impressão; bom gosto pela capacidade de combinar harmoniosamente estilos e formas variadas e de escolher de modo sensato as que mais se adequam à época; graça pela delicadeza do traço, que deve parecer espontâneo.

A tipografia tem um caráter comunicativo, pretende elucidar e, se possível, enobrecer o texto. O efeito visual das letras é determinante para o leitor.

O tamanho e a forma das letras evoluem como resposta à escrita e às exigências da época em que se vive. É importante compreender o lugar de cada tipo na história e entender o caminho que a arte da tipografia percorreu até aos dias hoje.

Os primórdios da linguagem escrita levam-nos até 1500, a.C., altura em que os fenícios, pela necessidade de controlar e expandir as suas atividades

⁵ Bicker, João, *Manuel Tipográfico de Giambattista Bodoni*, Coimbra: Almedina, 2001

comerciais, desenvolveram um alfabeto de 22 letras que serviu de base ao alfabeto grego e latino.

Diversas formas de escrita foram praticadas durante milénios e diversos foram os seus suportes. A partir de 2400 a.C., os escribas de todo o Mediterrâneo Oriental usavam o papiro, vindo do Egipto, sendo substituído, mais tarde, pelo pergaminho, vindo de Pérgamo.

Foram os romanos, durante o período do Império Romano, que criaram o seu próprio sistema numérico, que foi usado por toda a Europa. O conjunto de algarismos romanos é representado por sete letras do seu alfabeto: I, V, X, L, C, D, M. O número zero foi introduzido, mais tarde, pelos árabes.

Já os números arábicos são originários da China e chegaram ao Ocidente no século IX, embora só a partir dos séculos XIII e XIV é que se consolidaram com a aparência que lhes conhecemos hoje.

Voltando às letras, foi Carlos Magno que determinou, em 789, que os textos eclesiásticos fossem padronizados. Coube tal tarefa a Alcuíno de York, abade do Mosteiro de San Martin de Tours, que, com a ajuda de monges, reescreveu quase todos os textos eclesiásticos que existiam.

No entanto, com a dissolução do Império Carolíngio surgiram variações regionais da escrita de Alcuíno. No Norte da Europa, ganhou popularidade o tipo de letra conhecida como gótica ou textura, que se caracteriza por ser condensada, geométrica e com hastes reduzidas. Este tipo de letra predominou na Europa quase durante 500 anos.

Em 1437, pelas mãos de Gutenberg, a tipografia dá um salto evolutivo com a invenção de um sistema de moldes ajustáveis para fundir tipos móveis. Dois anos depois, criou a sua primeira prensa, adaptada da prensa usada na produção de vinho da região onde vivia.

Essa prensa de tipos móveis, criada por Johannes Gutenberg, foi considerada uma das maiores invenções de todos os tempos, porque, não só permitiu a democratização da escrita e do conhecimento, como constituiu um primeiro passo de um advento marcado pela evolução constante da escrita em toda a sua plenitude.

Existe um antes e depois de Gutenberg. Antes de Gutenberg, os textos eram produzidos à mão por copistas, um trabalho árduo e moroso que tornava a quantidade de livros bastante limitada. Depois de Gutenberg, o processo de impressão alastrou-se e desenvolveu-se a bom ritmo, o que permitiu disseminar a informação e eliminar as fragilidades que a escrita à mão acarretava.

Em meados do século XVI, havia já 1000 oficinas de impressão em 240 cidades europeias.

Por essa altura, o francês Claude Garmond também deu alguns passos que contribuíram para a evolução da história da tipografia. Foi o primeiro fundidor independente de tipos e, em colaboração com Robert Granjon, desenvolveu as primeiras formas em itálico, quer em caixa alta, quer em caixa baixa.

Em 1734, William Caslon, o primeiro inglês famoso como *designer* de tipos, apresenta a fonte Caslon, robusta e de inspiração holandesa. O sucesso desta fonte levou a que fosse adotada pelos ingleses e se tornasse um padrão da época.

Já o italiano Giambattista Bodoni, que trabalhava como impressor privado para o grão-duque Ferdinando di Parma, produziu mais de 100 fontes tipográficas. Foi considerado um dos maiores impressores e tipógrafos italianos, não só pelo imenso legado tipográfico que deixou, como pela precisão e elegância do seu trabalho.

Com a Revolução Industrial do século XIX, protagonizada pela invenção da máquina a vapor, os tipos deixaram de ser produzidos à mão. A máquina substituiu o Homem e, de repente, milhares de cópias eram impressas e distribuídas. A cultura difundiu-se e surgiu um novo mercado consumidor.

As fontes criadas nos séculos anteriores já não serviam a esta nova era. Era necessário criar novos tipos, e mais arrojados, que respondessem às necessidades da época que se estava a viver.

O uso do negrito e do itálico nem sempre foi permitido e, durante várias décadas, os tipos em negrito existiram numa classe distinta dos tipos para texto.

Como no início do século XX se deu uma reviravolta e foram retomadas as fontes criadas nos séculos XVI, XVII e XVIII, os fundidores, que estavam acostumados a trabalhar com o negrito, propuseram algumas variações, entre elas a retirada das serifas dos tipos em negrito. William Caslon IV, em 1816, foi o primeiro a apresentar uma fonte com essas características, usada essencialmente em títulos.

Enquanto William Caslon eliminava as serifas, um movimento oposto começava a ganhar protagonismo em Inglaterra: as serifas estavam a ser engrossadas e era apresentada, em 1817, a primeira fonte com serifa quadrada.

A verdade é que na hora de escolher a fonte o tipógrafo depara-se com a questão: com ou sem serifa? A doutrina divide-se. Por um lado, há tipógrafos que defendem que a serifa guia o olho e faz com as letras e as palavras pareçam unidas, conferindo uma melhor legibilidade e clareza ao texto. Por outro lado, as fontes sem serifa, usadas até então essencialmente para títulos e subtítulos, valorizam cada palavra e tornam textos longos menos pesados.

O futuro não espera e o século XX trouxe novos desenvolvimentos tecnológicos, a necessidade de romper com o passado e dar aso a novas expressões gráficas. Mas, em simultâneo, deu-se um *volte-face* no Reino Unido: o movimento Arts & Crafts, liderado pelo tipógrafo William Morris e seguido por muitos outros, foi criado para resgatar fontes antigas e defender o artesanato em contraposição à produção em massa.

Nessa altura, a história da tipografia tornou-se objeto de interesse e de estudo aprofundado dos intelectuais.

No fim do século XX, com o aparecimento e o rápido crescimento da indústria dos computadores, a forma de trabalhar os tipos mudou. Todas as fontes passaram a ter uma versão digital e a profissão do *designer* consagrou-se.

Nunca os *designers* tinham tido tantos tipos à sua disposição e ferramentas digitais para poderem trabalhá-los de forma eficiente mas sem perder a qualidade.

Em suma, cada tipo criado espelha as necessidades do seu tempo e a estética vigente.

Fontes como Garamond, Caslon, Baskerville, Bodoni, Futura, Gill Sans e Univers sobreviveram ao longo de séculos e ainda hoje se mantêm atuais.

A história da tipografia encarregou-se de criar tipos mais caligráficos, mais mecânicos, mais pomposos, mais robustos, mais harmoniosos e uma variedade sem fim de modos de compor as letras que está à disposição de designers, tipógrafos e editores de texto.

Atualmente, os programas de processamento de texto têm definido como padrão as fontes Helvetica, não serifada, ou Times New Roman, serifada. São consideradas as mais populares do mundo e são usadas em todo o tipo de projetos e trabalhos mais formais ou informais.

A escolha da fonte apropriada depende de diversos fatores: dimensões e formato da página, conteúdo do texto, época em que foi escrito, público-alvo, mensagem que se pretende transmitir.

Para que a leitura seja confortável, os especialistas advertem que o tamanho da fonte deve ser suficientemente grande para que seja lida à distância de um braço.

2.4 Logotipo/Cabeçalho de título

A —

DIÁRIO
DAS
CORTES GERAES E EXTRAORDINARIAS
DA NAÇÃO PORTUGUEZA.

B —



C —



O logotipo do Jornal Oficial, tal como a sua designação, foi sendo alterado ao longo dos tempos. Desde 1821 até à atualidade muitos foram os logotipos com que nos brindaram.

O logotipo do *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) é o mais minimalista de todos, apresenta-se centrado, com as letras em caixa alta e um ponto final, como era habitual na altura. A palavra «Diário» está destacada, pois há um afastamento maior entre caracteres.

Já o logotipo do *Diário da Assembleia Constituinte* (B) é o que contém mais informação. Para além de todas as letras estarem em caixa alta, pode observar-se o emblema nacional — em linguagem de *designer*, o repolho — acompanhado dos dizeres, em caixa baixa, «República Portuguesa» e «Secretariado da Assembleia Constituinte», no canto superior esquerdo. Toda a informação está dentro de uma caixa com fundo branco.

Por último, o logotipo do *Diário da Assembleia da República* (C), que é o que está hoje em vigor, também se apresenta dentro de uma caixa, com fundo

cinzento, letras brancas e a palavra «Diário» está destacada por ser a única em caixa alta e com espaçamento maior entre caracteres. O emblema nacional é de cor preta e encontra-se no canto superior esquerdo.

A escolha dos logotipos era feita pela Imprensa Nacional e não havia nenhum critério específico para a sua mudança, exceto o facto de ter de ser adequado à publicação em questão e acompanhar a evolução da época. Como referi anteriormente, era o chefe da divisão que tutelava o *Diário* que tomava estas decisões gráficas⁶.

Os logotipos têm como função criar uma relação de identidade com o público. Sendo o cartão de visita, o logotipo deverá ser inconfundível ao primeiro olhar para que haja um sentimento de identificação e deverá ter uma força e uma expressividade que não deixem margem para dúvidas.

Os logotipos das empresas e instituições têm a necessidade de ser atualizados para responderem às exigências do seu tempo. Há, por isso, que torná-los atrativos.

O fim do século XX trouxe novas ferramentas e processos digitais que vieram facilitar o *design* e abrir um mundo novo de cores, sombras e linhas que permite a criação de logotipos originais e nunca antes vistos.

Também os logotipos seguem as modas do momento e, observando as grandes marcas, podemos identificar algumas tendências: letras em caixa baixa, ao contrário do que se usava até há pouco tempo; utilização de cores vivas, ao invés dos tons neutros e menos chamativos; apelo à sustentabilidade da empresa, usando a cor verde.

O logotipo traduz a personalidade da empresa e funciona como assinatura, pelo que a má escolha de um logotipo pode repercutir-se no volume de vendas, se for o caso.

Quando se trata de publicações oficiais, como é o caso do *Diário*, a escolha do logotipo deverá ser pensada em moldes diferentes, pois não tem

⁶ Consultar Anexo II para observar a evolução dos logotipos do Jornal Oficial ao longo dos tempos

patentes os mesmos objetivos de outros jornais que pretendem lucrar com as suas vendas.

Embora o logotipo deva ser claro, perceptível e direto, não precisa de demonstrar muita irreverência e originalidade, devendo ser institucional.

2.5 Subtítulos

A — Subtítulo centrado e em caixa alta; subtítulo centrado, em versalete e com visível espaçamento entre carateres; e subtítulo centrado e em caixa baixa.

B — subtítulo centrado, em caixa alta e fonte maior do que a do texto; subtítulo centrado, em negrito e caixa baixa; e subtítulo centrado, em negrito e fonte mais pequena do que a do texto.

C — subtítulo centrado, em negrito e caixa alta; subtítulo centrado, em negrito, caixa alta e com visível espaçamento entre carateres; e subtítulo centrado e em caixa baixa.

No *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) verifica-se que existem três tipos de subtítulos, o que corresponde a diferentes formatações.

Tipo A: subtítulo centrado e em caixa alta

Entre o logotipo e o corpo do texto vislumbra-se um subtítulo, centrado e em caixa alta, com a informação do dia em que ocorreu a sessão. Por exemplo, «sessão do dia 4 de agosto». Quando há uma sessão extraordinária, a configuração é diferente. O subtítulo «sessão extraordinária» destaca-se em caixa alta e a data surge, de seguida, em caixa baixa.

Tipo B: subtítulo centrado, em versalete e com visível espaçamento entre carateres

Os subtítulos «projeto de decreto», «decretos», «avisos», «discurso», «relatório», «parecer», «resoluções e ordens das cortes», que se encontram no corpo do texto, apresentam-se em versalete, centrados e com um significativo espaçamento entre carateres.

Tipo C: subtítulo centrado e em caixa baixa

Este género de subtítulo surge, regra geral, no fim de cada *Diário* e antecede um aviso, uma convocatória ou uma mensagem dirigida a determinado deputado ou figura ilustre. Este tipo de subtítulo funciona como uma invocação:

«Para Silvestre Pinheiro Ferreira», «Para Bispo de Leiria», exemplificativamente.

Também no *Diário da Assembleia Constituinte* (B) se verifica três formatações distintas para os subtítulos.

Tipo A: subtítulo centrado, em caixa alta e fonte maior do que a do texto

São disso exemplo subtítulos como «antes da ordem do dia» e «ordem do dia», que costumam encontrar-se dentro do texto.

Tipo B: subtítulo centrado, em negrito e caixa baixa

Os subtítulos «relatório», «proposta», «expediente», «requerimento» apresentam tal formatação e o corpo da letra é do mesmo tamanho do que a do texto.

Tipo C: subtítulo centrado, em negrito e fonte mais pequena do que a do texto

Esta situação verifica-se em subtítulos como «cartas», «telegramas», «ofícios».

Nas páginas do *Diário da Assembleia da República* (C) contam-se também três tipos de formatação distinta para os subtítulos.

Tipo A: subtítulo centrado, em negrito e caixa alta

O primeiro título que sobressai deste *Diário* informa-nos da data da sessão e está imediatamente a seguir ao logotipo. Por exemplo: «reunião plenária de 11 de abril de 2014».

Tipo B: subtítulo centrado, em negrito, caixa alta e com visível espaçamento entre caracteres

Também na primeira página do *Diário* podemos ler o sumário da sessão plenária. O título «sumário» está centrado, em negrito, caixa alta e com um espaçamento bastante expressivo entre caracteres.

Tipo C: subtítulo centrado e em caixa baixa

Este é o único tipo de subtítulo que podemos encontrar no corpo do texto e surge apenas quando há votações regimentais, uma vez que a esta formatação corresponde apenas o subtítulo «declarações de voto enviadas à Mesa».

A existência de subtítulos ajuda a uma melhor organização do texto e do seu conteúdo. Cabe, por isso, ao editor garantir que o leitor entenda claramente a importância de cada subtítulo dentro do texto.

Há inúmeras possibilidades de expressar a hierarquia dos subtítulos dentro do texto, basta trabalhar o tamanho, o estilo do tipo e a cor, se necessário.

Entre os diversos tipos de subtítulos com que nos confrontamos diariamente em livros ou em publicações periódicas, destacam-se sobretudo: os que indicam uma quebra nítida no texto, momento, este, em que o leitor pode aproveitar para fazer uma pausa longa — geralmente, o corpo da fonte é maior do que o corpo da fonte usada para o texto e caracteriza-se por estar em versalete ou caixa alta e em negrito; os que estão junto ao texto, sem parágrafo e que indicam que a pausa para interromper o texto é curta — a fonte, em muitos casos, é composta em versalete, itálico ou negrito; os que não pretendem interromper de forma repentina a leitura e estão exatamente na sequência do texto — por norma, a fonte tem apenas uma característica que a faz sobressair, ou está em itálico ou em negrito.

Os subtítulos marcam o ritmo de leitura, dando pistas ao leitor do momento mais adequado para fazer uma pausa, que poderá ser mais curta ou mais prolongada.

2.6 Espaçamento

A — Espaçamento sacrificado

B — Espaçamento uniforme e equilibrado

C — Espaçamento uniforme e equilibrado

O *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) é o que oferece mais resistência em relação a questões de espaçamento. Apesar de ter espaçamento equilibrado entre palavras, linhas e colunas de texto, peca por não ter qualquer tipo de espaçamento quando um novo orador intervém.

Tanto o *Diário da Assembleia Constituinte* (B), como o *Diário da Assembleia da República* (C), estão perfeitamente equilibrados a nível de espaçamento. Apesar do enorme bloco de texto que os caracteriza, a leitura faz-se sem esforço e não se torna cansativa⁷.

Há, portanto, diferentes tipos de espaçamento: entre caracteres, palavras, linhas, parágrafos, colunas do texto, texto e borda da página. Qualquer opção que se tome a este nível pode condicionar a leitura. Se, por um lado, um texto com espaçamento muito afastado, sobretudo entre caracteres, palavras linhas e parágrafos, torna a leitura dispersa e pouco fluida, por outro lado, um texto com espaçamento mais apertado sacrifica a leitura, torna-se muito cansativo e, como estimula o movimento vertical dos olhos, o leitor pode facilmente perder-se.

O ideal será manter o espaçamento, em todos os níveis, uniforme, regular e equilibrado, tendo em atenção ao facto de as letras não estarem demasiado perto nem demasiado longe umas das outras para que não deixem de ser entendidas enquanto palavras. Apenas deve ser notório o espaçamento entre as palavras e as linhas.

John Kane defende que o ideal é um comprimento de linha entre 35 e 65 caracteres, uma vez que comprimentos extremamente longos ou curtos prejudicam uma boa leitura.

⁷ Consultar Anexo III

Giambattista Bodoni refere: «Tanto mais belo será, pois, um caráter, quanto mais regularidade, nitidez, bom gosto e graciosidade tiver. Contudo, para que agrade à vista e ganhe relevo na página, é necessário, além disso, que seja disposto em linhas retas absolutamente regulares, nem demasiado densas, nem demasiado espaçadas, de tal modo que, entre linha e linha e entre palavra e palavra, fiquem distâncias iguais»⁸.

⁸ Bicker, João, *op. cit.*, p. 82

2.7 Margens

A — 3,5 cm na margem inferior; 2 cm nas margens externa, interna e superior

B — 2 cm na margem inferior; 1,5 cm nas margens externa, interna e superior

C — 2,5 cm nas margens superior e inferior; 1,5 cm na margem externa e interna

As páginas do *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) apresentam-nos a margem inferior com 3,5 cm e as margens externa, interna e superior com 2 cm.

Nas páginas do *Diário da Assembleia Constituinte* (B) pode verificar-se que a margem inferior tem uma largura de 2 cm e as margens externa, interna e superior de 1,5 cm.

No caso do *Diário da Assembleia da República* (C) falamos de uma página virtual cujas margens também foram estabelecidas: 2,5 cm nas margens superior e inferior e 1,5 cm na margem externa e interna.

Todo o DAR é trabalhado no Word, quer a parte da transcrição, quer a da revisão e uniformização, e depois é publicado na *internet* e a sua apresentação está estruturada como se a página virtual fosse uma folha A4.

Esta é a área da página que não é contemplada com texto, mas não é por esse motivo que não tem as suas especificidades. Aliás, espaços em branco no texto são bem-vindos para que o leitor possa arejar.

A dimensão das margens deve ser ampla o suficiente para a encadernação, para o caso de ser necessário colocar notas e para que as mãos do leitor, especialmente os polegares, segurarem o jornal ou o livro aberto sem ocultar o texto. Enquanto uma moldura protege a fotografia, as margens protegem o texto de eventuais danos causados pelo armazenamento e transporte da publicação e pelo seu manuseio. As extremidades são sempre mais suscetíveis de ficarem danificadas.

Quanto à dimensão das margens, Eric Gill diz: «A margem interna existe apenas para separar uma página da oposta, e não precisa de ter mais largura que a suficiente para manter as palavras impressas afastadas da dobra do papel onde está a costura da encadernação. Também a margem superior precisa, apenas, de ser suficientemente larga para isolar o tipo, da paisagem circundante (...). Por outro lado, as margens externa e inferior precisam de mais largura do que a que o simples isolamento exige, pois é por estas margens que a mão pega no livro; deve deixar-se o suficiente para os polegares, e as margens inferiores precisam de mais espaço que as laterais ou as externas»⁹.

A norma a aplicar, segundo Eric, deverá ser a seguinte: «A margem interna estreita; a margem superior ligeiramente mais larga; a margem externa, pelo menos, o dobro da interna e a inferior ligeiramente mais larga que as outras»¹⁰.

É a informação que está nas margens que situa o leitor no texto, para que este saiba em que página e capítulo se encontra e possa relembrar-se do nome da publicação que está a ler. Estas informações estão distribuídas pelo cabeçalho, pelas margens laterais e pelo rodapé.

⁹ Gill, Eric, *Ensaio sobre tipografia*, Coimbra: Almedina, 2003, p. 138

¹⁰ *Ibidem*, p. 139, p. 139

2.8 Mancha gráfica e formatação de texto

A — 2 colunas de texto por página; texto justificado; avanço de parágrafo

B — 2 colunas de texto por página; texto justificado; avanço de parágrafo

C — 1 coluna de texto por página; texto justificado, avanço de parágrafo

Tanto no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A), como no *Diário da Assembleia Constituinte* (B), a distribuição da mancha textual está dividida em duas colunas por página¹¹, o que cria mais espaços em branco e um comprimento de linha mais curto. Este é um método eficaz para formatos em que predomina sobretudo texto.

Em ambos os casos, as colunas têm 84 mm cada uma e entre elas há um espaçamento de 6 mm.

O *Diário da Assembleia da República* (C), a partir da 2.^a Sessão Legislativa da IX Legislatura — pouco tempo depois de passar a estar disponível exclusivamente em formato digital —, abandonou o *layout* de duas colunas e a página passou a estar formatada para texto corrido. Como o modo de leitura mudou — o papel deu lugar ao ecrã —, também houve a necessidade de reequacionar a estrutura da página. A conclusão a que se chegou foi a de que a leitura no ecrã se torna mais facilitada apenas com uma coluna de texto, evitando, assim, o sobe e desde contínuo.

Os Diários das três épocas em análise apresentam-se sempre com texto justificado e com avanço de parágrafo. No entanto, só o *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* é que apresenta uma letra capitular ornamentada.

¹¹ O uso de *layouts* com duas colunas remonta à obra-mestra de Gutenberg, a Bíblia de 42 linhas (B-42). Pela primeira vez, o texto aparecia organizado em colunas e, mais concretamente, com 42 linhas por página.

Entende-se por mancha gráfica a área da página destinada exclusivamente ao texto e, claro, à interação entre caracteres tipográficos e o espaço em redor deles.

A configuração de uma página prevê um conjunto de fatores que vão influenciar a distribuição do corpo do texto, como o tamanho da página, o tamanho do tipo e o comprimento da linha.

Segundo Kane, a mancha tipográfica deve ocupar a página da mesma maneira que uma fotografia. A área textual não deve parecer-se a um conjunto de listas.

Uma das características que dita a qualidade do trabalho de um *designer* ou tipógrafo é o modo como trabalha as proporções com vista à comodidade do leitor, equilibrando o tamanho da mancha textual com o das margens.

Quanto à formatação do texto, há várias possibilidades a contemplar: alinhado à direita, à esquerda, centrado ou justificado. Até ao século XX, era muito raro encontrar textos alinhados à esquerda, o que é comum nos dias de hoje.

Uma vez que o conteúdo do Jornal Oficial é única e exclusivamente textual, predomina uma extensa massa cinzenta. Para proporcionar uma leitura fácil e prolongada e para minimizar a aparência densa, compacta e de infundável leitura é fundamental fazer uma escolha adequada da formatação da página, do texto e dos tipos.

2.9 Notas de rodapé

- A — Notas de rodapé explicativas
- B — Não contempla notas de rodapé
- C — Não contempla notas de rodapé

O *Diário da Assembleia Constituinte* (B) e o *Diário da Assembleia da República* (C) não contêm notas de rodapé. No entanto, o *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (A) apresenta, diversas vezes, notas de rodapé explicativas.

Por exemplo, no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* n.º 14, de 13 de fevereiro de 1821, o deputado Isidoro José dos Santos, aquando da discussão sobre a liberdade de imprensa, fala da necessidade de conciliar as leis com as religiões dos povos e dá o exemplo de Inglaterra por ter muitas seitas, enumerando algumas. É nesta sequência que surge uma nota de rodapé em que o deputado explica que as palavras que acabara de proferir também foram ditas, embora com uma ligeira alteração, por Bossuet na oração fúnebre à Rainha de Inglaterra.

Segundo Umberto Eco¹², as notas de rodapé servem oito propósitos:

- a) Indicar a fonte das citações;
- b) Acrescentar outras indicações bibliográficas de reforço a um assunto discutido no texto;
- c) Fazer referências externas e internas;
- d) Introduzir uma citação de reforço que no texto viria a perturbar a leitura;
- e) Ampliar as afirmações feitas no texto;
- f) Corrigir as afirmações do texto;
- g) Fornecer a tradução de uma citação;
- h) Pagar as dívidas¹³.

¹² Eco, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa: Editorial Presença, 2009

¹³ Isto é: citar um livro ou um autor a quem se tirou uma frase ou uma ideia

O bom senso aconselha a ter em conta essencialmente três aspetos: em primeiro lugar, que as notas de rodapé contenham apenas o essencial; em segundo lugar, a ter o cuidado para não transferir para elas conteúdo importante que deveria estar no texto principal; e, em terceiro lugar, que a própria nota justifique a sua existência.

As notas de rodapé localizam-se na margem inferior de cada página e estão separadas do texto por um traço contínuo, o corpo da fonte é sempre mais pequeno do que o do texto e, quando há mais do que uma nota na mesma página, não deve haver espaçamento entre elas, para além de que não devem ocupar mais de 50% da página.

Sobre este tópico, Bodoni afirma: «Não se esqueça que, quando se colocam notas de rodapé, elas devem ser igualmente distribuídas pelas páginas que estão uma em frente da outra, a fim de que, onde quer que se abra o livro, as páginas opostas mostrem perfeita simetria»¹⁴.

Em suma, as notas de rodapé traduzem-se em pequenas anotações que complementam o texto principal mas que não pretendem interromper a sequência lógica da leitura.

¹⁴ Bicker, João, *op. cit.*, p. 82

2.10 Observações

O Jornal Oficial, ao longo dos tempos, foi aperfeiçoando o modo de dar a ler o texto ao leitor e as alterações de que foi alvo contribuíram em muito para o rigor da publicação.

Passo a enumerar algumas informações, pormenores e alterações que direta ou indiretamente contribuíram para o aspeto gráfico do *Diário* dos dias de hoje:

a) A apresentação de um projeto de lei, pelo deputado Fernão Boto Machado, na Assembleia Constituinte de 1911, que tinha como *leitmotiv* a remodelação e redução de preço do *Diário do Governo*, tendo feito, para isso, um paralelo com o *Diário das Sessões*, argumentando que este era extremamente prolixo, o que dificultava a procura dos assuntos de carácter mais importante, e que alguns discursos não eram a reprodução exata das notas taquigráficas e eram alterados consoante a veleidade dos oradores;

b) A elaboração de um estudo para alterações literárias e aspeto gráfico do *Diário das Sessões*, em 1943, pedido pelo Secretário da Assembleia Nacional da altura a um funcionário da casa, em que as alterações propostas recaíram sobre a necessidade de reconfigurar e pensar a disposição de alguns elementos da primeira página do *Diário*, sobre a necessidade de referir, também na primeira página, os temas discutidos nessa sessão e a opinião dos oradores, sobre a necessidade de haver mais exatidão nas citações e nos números dos artigos das leis e, por fim, foi feito um apelo à melhoria das condições acústicas da sala das sessões, uma vez que tal problema interfere no trabalho dos taquígrafos, que necessitam de registar com rigor as palavras dos oradores¹⁵;

c) A introdução dos negritos, durante a Assembleia Nacional, conferindo uma melhor legibilidade ao texto;

d) A introdução do sumário da sessão plenária na folha de rosto do *Diário*, também durante a Assembleia Nacional;

¹⁵ Consultar Anexo IV

e) A informatização da Divisão de Redação, o serviço que elabora o *Diário*, em 1989;

f) A criação da ARTV| Canal Parlamento, em 1993, como forma de fazer chegar aos cidadãos todo o trabalho político exercido na Assembleia da República;

g) A utilização de papel reciclado na impressão do *Diário*, a partir do dia 2 de outubro de 1995;

h) A gratuidade do Jornal Oficial a partir do dia 15 de setembro de 2003, momento em que passou a ser publicado única e exclusivamente no *site* do Parlamento;

i) A expressão «O Orador» deixou de ser usada desde 2007 por razões de facilidade de pesquisa informática;

j) A entrada em vigor, de acordo com a Deliberação n.º 3/PL/2010, de 15 de dezembro, da ortografia prevista no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa com efeitos para a I Série do *Diário da Assembleia da República* a partir de janeiro de 2012;

k) A alteração mais recente ao *Diário*, que foi feita em 2013, recaiu sobre o sumário das sessões plenárias, em que passou a constar «Presidente» em vez de «Sr. Presidente», «Deputado» em vez de «Sr. Deputado» e «Secretário» em vez de «Sr. Secretário», por ser um formalismo desnecessário, como salienta o ex-chefe da Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, José Diogo;

l) As três modalidades de assinatura do *Diário* (durante a Assembleia Constituinte assinava o chefe do serviço, depois passaram a assinar os revisores finais e, a partir da década de 90, a publicação é assinada em nome da equipa);

m) O preço do *Diário*, quando era publicado em papel, dependia do número de páginas e era estipulado consoante um acordo estabelecido entre a Assembleia da República e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda;

n) O preço do *Diário* era colocado ora na folha de rosto, por debaixo do logotipo, ora na última página, junto à assinatura da INCM;

o) Verifica-se que no *Diário da Assembleia Constituinte* e no *Diário da Assembleia da República* a página par, na margem superior, contém o número do *Diário* e a página ímpar contém a data;

p) Os Deputados podem, se assim o entendem, fazer uma revisão literária dos seus discursos antes de serem publicados, sem alterar a sua substância.

q) No *Diário da Assembleia Constituinte* é frequente aparecer a expressão em itálico e dentro de parênteses «o orador não reviu», o que significa que o deputado não fez a revisão da sua intervenção.

3. Os bastidores do *Diário da Assembleia da República*

Atualmente, a I Série do DAR é elaborada por uma equipa que integra a Divisão de Redação e Apoio Audiovisual (DRAA) da Assembleia da República.

Para a elaboração, registo e preservação da memória dos trabalhos parlamentares no âmbito do processo legislativo existe uma estrutura organizativa que atua nos bastidores para executar a tarefa da transcrição, revisão e publicação do *Diário*.

Segue-se um conjunto de informações que vai permitir descortinar o processo de elaboração do *Diário* nos dias de hoje e seguem-se também algumas abordagens de carácter reflexivo relativamente à dinâmica e ao *modus operandi* da DRAA.

Equipa¹⁶

Chefe

Coordenadores/revisores

Redatores

Secretária

Missão

«Assegurar, com recurso aos meios técnicos audiovisuais apropriados que lhe estiverem afetos, o registo integral das declarações, intervenções, apartes e incidentes das reuniões do Plenário, bem como das comissões, para transcrição e ou publicação no *Diário da Assembleia da República*, designadamente em formato eletrónico», segundo a Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR).

¹⁶ Atualmente, a equipa é composta por 1 chefe, 4 coordenadores/revisores, 11 redatores e 1 secretária.

Organização da equipa

A equipa encontra-se dividida em dois grupos para desempenhar funções distintas: a transcrição e a revisão.

Funções

Os redatores asseguram a transcrição dos debates e os coordenadores/revisores ocupam-se da revisão literária dos textos transcritos pelos redatores e elaboram o sumário das sessões plenárias.

Competências

O núcleo de funcionários que compõe o *Diário* tem formação em diferentes áreas, como em Direito, Psicologia, Engenharia, Línguas e Literaturas, Relações Internacionais, Economia e História, o que origina uma equipa heterogénea e com uma abrangência multidisciplinar tão importante à compreensão e redação das matérias discutidas em plenário.

As principais competências que este trabalho exige são a concentração, o rigor, o acompanhamento nacional e internacional da atualidade política, económica e social, o conhecimento aprofundado da língua portuguesa e o seu bom uso.

Método

1. No dia anterior à sessão plenária é afixada uma escala, que é rotativa, da qual constam três elementos: a hora de início da sessão, o nome da pessoa responsável pelos sistemas de gravação digital e os nomes dos redatores e dos coordenadores/revisores que irão estar presentes nessa sessão;
2. No dia do plenário, minutos antes do seu início, o redator e o coordenador/revisor que estão em primeiro lugar na escala dirigem-se para a sala das sessões e tomam os seus lugares na mesa que se encontra exatamente a meio do hemiciclo;

3. Iniciado o plenário, o redator e o coordenador/revisor têm a tarefa de registar tudo o que ocorrer no debate, desde tomar nota da hora de início e de fim da sessão, da composição da Mesa, dos apartes, dos protestos, dos risos e das eventuais substituições do Presidente;

4. Quinze minutos findos, o redator é substituído pelo colega que está na posição a seguir à sua na escala, enquanto o coordenador/revisor é substituído, por norma, ao fim de uma hora;

5. De volta ao seu posto de trabalho, o redator transcreve os quinze minutos de debate que correspondem ao período em que esteve na sala das sessões. Para além de transcrever os discursos, insere, no mesmo documento, as informações que recolheu no plenário;

6. Terminada a tarefa da transcrição, os coordenadores/revisores que estiveram na sala das sessões compilam os textos dos redatores e procedem à sua revisão e uniformização;

7. De seguida, cabe ao secretariado dar forma ao Diário, harmonizando-o com as formatações que já estão previamente estabelecidas e fazendo as hiperligações às iniciativas legislativas que foram discutidas, ao perfil dos deputados que intervieram na sessão e à relação das presenças e faltas dos deputados à reunião plenária;

8. Por fim, o Diário é publicado, exclusivamente em formato eletrónico, em www.parlamento.pt, ficando de imediato acessível a todos os cidadãos.

Abordagens

1. O Guia

Está à disposição dos redatores e dos coordenadores/revisores um guia de regras que foi elaborado por um grupo de trabalho do próprio serviço.

Nele figuram os códigos de escrita adotados pela Divisão, como as palavras e as expressões que devem ser escritas em *itálico*, a utilização de aspas, reticências, siglas e abreviaturas, a configuração da

primeira e da última páginas do *Diário*, as fórmulas usadas para os aplausos, risos e protestos.

A existência do Guia, que se assemelha a um livro de estilo, ajuda a que os textos fiquem uniformizados e ajustados às regras estabelecidas pelo grupo de trabalho que o criou.

Embora tenha regras claras quanto ao uso de determinadas convenções, situações há em que o Guia é apenas isso — um guia. Não é estático, está longe de ter fórmulas definitivas, apenas sugere e orienta.

Cada legislatura levanta novas questões de ordem prática e técnica e novos modos de fazer, o que por vezes se traduz na alteração de alguns procedimentos no decurso dos trabalhos parlamentares. Dessa forma, há a necessidade de adaptar o Guia a essas transformações, atualizando-o.

Por exemplo, com a ampla revisão do Regimento, em 2007, o grupo de trabalho responsável pelo Guia considerou que seria necessário proceder a algumas atualizações, como a introdução de um capítulo dedicado à figura do deputado não inscrito em grupo parlamentar.

O primeiro Guia foi elaborado em 2001 e até então foram feitas cinco revisões, tendo a última ocorrido em 2013. Apesar de o grupo de trabalho para a elaboração do Guia ter sido criado no início do século XX, as normas essenciais já estavam estipuladas e definidas, apenas não se tinham ainda organizado e materializado num documento único.

Antes de estar consolidado o Guia, os redatores e os coordenadores/revisores, tendo alguma dúvida sobre questões de estilo, consultavam o «Vade-mécum do Corretor Gráfico» — designação atribuída ao livro de estilo criado pela Imprensa Nacional — por ser considerada a fonte mais fidedigna.

2. O processo de transcrição e a passagem do discurso oral para o escrito

Os redatores ocupam-se da tarefa de transcrever na íntegra tudo o que for dito na sessão plenária e, para a execução desse trabalho, contam com duas ferramentas indispensáveis: uma aplicação, que possibilita o acesso aos ficheiros de áudio repartidos em fragmentos de 15 minutos de modo a balizar o trabalho do redator, que, desta forma, sabe exatamente a partir de que momento do debate é que deve iniciar e concluir o seu trabalho de transcrição; uma pedaleira, idêntica ao pedal das máquinas de costura, que se configura consoante as necessidades de cada redator e que permite controlar a velocidade do som, recuar ou avançar, ficando o redator com as mãos livres para executar o seu trabalho.

Fazendo os redatores a mediação entre as palavras ditas e as palavras escritas, há um esforço de adaptação do discurso oral para o escrito, pois são dois modos de comunicação distintos que se regem por regras específicas.

No discurso oral é frequente o uso de bengalas linguísticas, a repetição de palavras e a não conclusão de uma ideia. Como tal, na passagem para o discurso escrito, para além do cuidado que se deve ter em preservar o estilo do orador, há um trabalho de limpeza textual que é feito.

O papel do redator é ajudar o texto e torná-lo coerente. Para isso, eliminam-se repetições quando não propositadas, faz-se o bom uso da pontuação e da língua portuguesa e corrigem-se citações mal feitas.

Deve apresentar-se ao leitor um texto que seja o mais fiel possível ao discurso do orador¹⁷, embora as limitações da escrita sejam muitas. A comunicação não-verbal (as expressões faciais, os gestos, o olhar, a postura corporal), bem como a entoação e as flutuações de volume, acompanham as palavras ditas e funcionam como um todo na

¹⁷ O adágio italiano «*traduttore, traditore*» (tradutor, traidor), que remete para o facto de as traduções não serem, por vezes, fiéis ao texto original, pode muito bem ser aplicado relativamente à tarefa da transcrição quando o redator não faz a correta mediação entre o discurso oral e o escrito.

mensagem que o orador está a transmitir, enquanto a escrita não consegue trespassar todas essas componentes associadas ao discurso.

A este propósito, Vergílio Ferreira, numa entrevista¹⁸, referiu: «Falar e escrever são duas linguagens diferentes. E a fala é já de si expressiva pelos gestos, tom de voz, o que naturalmente a escrita não tem».

Como a grafia não imita a fala, o redator também é um tradutor e um intérprete. O redator traduz um tipo de linguagem, a falada, para um outro tipo, a escrita. Para que esse processo seja executado com rigor, é necessária a interpretação — e, por vezes, a descodificação — das ideias do orador.

Sob um prisma diferente, Roland Barthes defende: «A escrita não é terminal, não é a transcrição de uma pronúncia, não se concerne a dizer; ela é, antes, o fazer da mão, ela é exercício, ofício, lentidão, artesanato de ebanista, vontade de se gravar no suporte, não de se evadir no diálogo»¹⁹.

Ainda no binómio linguagem escrita-linguagem falada, Barthes recorda que, e cito, «nos ritos religiosos da China antiga, havia uma especialização antagonista da palavra e da escrita: pela palavra, dirigiam-se de preferência às divindades do mundo visível, aos antepassados-deuses, aos demónios benfeitores; pela escrita, dirigiam-se às potências punitivas e vingadoras do mundo ctoniano. Seguidamente, nesta mesma China, a língua escrita, ao secularizar-se, é consideravelmente enriquecida; torna-se depositária de toda a herança intelectual, afastando a língua falada e reduzindo-a à expressão de banalidades quotidianas. Pelo contrário, na Índia, foi a língua oral que recebeu toda a carga religiosa e cultural»²⁰.

¹⁸ In <http://pedroroloduarte.blogs.sapo.pt/196341.html>

¹⁹ Barthes, Roland, *O Prazer do Texto precedido de Variações sobre a Escrita*, Lisboa: Edições 70, 2009, p. 15

²⁰ *Ibidem*, p. 49

3. A importância da recolha dos apartes *in loco*

É questionado, muitas vezes, por que motivo é necessário estarem duas pessoas — o redator e o coordenador/revisor — na sala das sessões tendo em conta que o Canal Parlamento assegura a gravação completa (som e imagem) da sessão plenária.

A resposta é simples: enquanto o orador está a discursar — a câmara nesse momento está focada nele —, há deputados da mesma bancada a apoiarem-no e/ou deputados da oposição a protestarem, fazendo-o com o microfone desligado. Como a câmara não acompanha todas as situações que acontecem em simultâneo no debate, justifica-se a presença de quem vai proceder à elaboração do *Diário* para registar efetivamente tudo o que se passar. Só desta forma é feito o relato completo dos incidentes que ocorrerem no decurso dos trabalhos parlamentares.

4. A II Série do DAR

O *Diário da Assembleia da República* é constituído por duas séries: a I Série, relatada *supra*, e a II Série, também integrada na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, que acolhe toda a documentação que é admitida pela Mesa da Assembleia e que tem o fim da sua publicação para o conhecimento de todos os cidadãos.

Atualmente, a II Série está dividida em cinco subséries, que vão de A a E, respetivos suplementos e separatas. A organização e sistematização por subséries permite o acesso mais eficiente ao documento que se procura.

Sintetizando, entre outros documentos, na II Série-A encontram-se as mensagens do Presidente da República, os decretos, os projetos de lei, as propostas de lei, os projetos de resolução, as moções; na II Série-B encontram-se as interpelações, os inquéritos parlamentares e os requerimentos de apreciação de decretos-leis; na II Série-C encontram-se as atas das comissões e das audições parlamentares e os documentos

relativos ao mandato de deputado e aos grupos parlamentares; na II Série-D encontram-se as intervenções feitas por deputados, em representação da Assembleia da República, em organizações internacionais; e na II Série-E encontram-se os despachos do Presidente da Assembleia e dos Vice-Presidentes, o orçamento e as contas da Assembleia da República.

Quem está responsável pela II Série tem como funções receber os documentos, ordená-los segundo uma numeração atribuída pela Divisão de Apoio ao Plenário e eliminar eventuais lapsos textuais.

5. A ARTV| Canal Parlamento

Também integrada na mesma Divisão, a ARTV| Canal Parlamento é responsável pela difusão dos trabalhos parlamentares, ou seja, por transmitir as reuniões plenárias, as reuniões das comissões parlamentares, outros eventos relevantes realizados no hemiciclo, na sala do senado ou em comissões parlamentares e por transmitir informação sobre a programação do canal e sobre a agenda parlamentar, segundo a Resolução da Assembleia da República n.º 37/2007.

A necessidade de fazer chegar o trabalho dos deputados, quer em plenário, quer em comissão, de forma transparente, ditou a criação da ARTV| Canal Parlamento. Esta janela aberta aos cidadãos funciona como veículo que comunica e mostra os trabalhos parlamentares sem filtro, como veículo que regista e grava e como veículo que preserva a memória desses trabalhos em arquivo.

Na verdade, a ARTV vem cumprir funções que já estavam concetualizadas desde 1821. Nessa época, as Cortes sentiram a necessidade de mostrar ao público como decorrem os trabalhos políticos e, por isso, criaram o *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, que, embora ao longo dos tempos tenha tido outras designações, perdura até hoje com o mesmo objetivo desde a sua criação. A televisão veio apenas potenciar algo que foi pensado no século XIX.

Antes da criação da ARTV, os Diários eram o único meio de consulta dos debates públicos em sede de plenário.

Atualmente, para aceder aos trabalhos, estão à disposição dois meios distintos: as atas das sessões plenárias e os vídeos, gravados e transmitidos pela ARTV, em que se tem acesso aos debates realizados em plenário e nas várias comissões parlamentares.

Os tempos modernos trouxeram as tecnologias e o efeito dominó não mais parou. Tornou-se premente levar a vida política até aos cidadãos de uma forma mais célere e transparente. A transmissão em direto, bem como a sua permanência em arquivo, dos plenários e das comissões parlamentares veio dar resposta aos novos tempos.

As atas e o vídeos das sessões são dois veículos de informação que se complementam e interagem. As atas, apesar de não ficarem disponíveis no dia da sessão, são propícias à consulta de informação para trabalhos de investigação e à análise detalhada dos discursos. Os vídeos, que ficam disponíveis no próprio dia, vêm trazer a componente que falta às atas — a imagem.

Pela necessidade de tornar a informação pública, é feito um hercúleo trabalho de edição: de texto, da parte das redatoras e das coordenadoras/revisoras; de imagem e vídeo, da parte da equipa que integra o Canal Parlamento.

Falamos, portanto, de modos de comunicar que necessitam de edição — edição, essa, que difere consoante o suporte — e de modos de preservar a memória dos trabalhos parlamentares.

Eis, agora, uma breve cronologia histórica que acompanha e dá conta da evolução da ARTV| Canal Parlamento.

Desde 1993 que a Assembleia da República dispõe de um sistema de televisão com o intuito de os debates parlamentares chegarem, na íntegra, a todo o circuito interno do Palácio de S. Bento, à residência oficial do Primeiro-Ministro e à presidência do Conselho de Ministros.

Em 1997, foi celebrado um protocolo com um operador nacional de cabo de modo a fazer chegar os trabalhos parlamentares a um maior número de cidadãos.

Em 1999, foi criado um grupo de trabalho, composto por um representante de cada um dos grupos parlamentares, com o intuito de acompanhar a reestruturação que a ARTV| Canal Parlamento iria sofrer, sobretudo ao nível de tecnologia digital.

Em 2003, as emissões começaram a poder ser vistas pela *internet* através do *site* www.canal.parlamento.pt. Nesse mesmo ano, foram recrutados dois *pivots* e três intérpretes de língua gestual.

Nos anos seguintes, muitos outros passos importantes foram dados, como a renovação de equipamentos e a criação de um sistema de informação dinâmica que estava patente nos LCD instalados no Palácio. Mas, em dezembro de 2015, deu-se um grande progresso tecnológico: passou a estar em funcionamento uma plataforma, a Web TV, que possibilita, através do *site* da ARTV| Canal Parlamento, que o utilizador escolha o que pretende ver — são transmitidas até oito comissões parlamentares em simultâneo —, independentemente da emissão que estiver a dar em direto no Canal.

Atualmente, a ARTV| Canal Parlamento está disponível no conjunto de plataformas de sinais de televisão: NOS, MEO, Vodafone, Cabovisão e na *internet*, em permanência, através do *site* www.canal.parlamento.pt.

CONCLUSÃO

Depois de uma jornada intensa e extensa de mergulho na profundidade oceânica que é o Jornal Oficial do Parlamento Português, todo o tempo seria pouco para analisar milimetricamente as mudanças gráficas que esta publicação sofreu.

Para a elaboração desta dissertação, tive o privilégio de poder conversar com excelentes fontes orais que contribuíram, em algum momento das suas vidas, para a feitura do Jornal Oficial. A disponibilidade, o profissionalismo e a simpatia dos funcionários da Imprensa Nacional-Casa da Moeda foi determinante para que o trabalho que me propus fazer chegasse a bom porto. Durante muitos anos, o *Diário* foi revisto e impresso na INCM, pelo que não seria possível fugir ao contacto com ela.

No mesmo sentido, José Diogo, que foi chefe da Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, da Assembleia da República, entre 1996 e 2015, tendo ingressado na mesma Divisão em 1975, também constituiu uma exímia fonte de informação.

A maior dificuldade com que me deparei ao longo desta jornada foi a necessidade de pôr um travão para não me entusiasmar com o conteúdo dos Diários, sobretudo nos períodos de 1821-1822 e 1975-1976. Note-se que ambos os períodos têm um comum o facto de o país se encontrar fragilizado, agitado e politicamente suspenso, enquanto os deputados tinham em mãos a exigente missão de elaborar uma Constituição.

Foram várias as figuras da nossa praça pública que se dedicaram à elaboração, portanto transcrição e revisão, do Jornal Oficial. Entre elas, destaco três nomes: Afonso Lopes Vieira, que foi redator na Câmara dos Deputados entre 1906 e 1916, tendo abandonado o cargo para se dedicar exclusivamente à atividade literária; Telmo Correia, que também foi redator e atualmente é deputado do CDS-PP; e António Cunha Vaz, também ele exerceu funções como redator e agora é o atual Presidente e Managing Partner da Cunha Vaz & Associados.

Procuro, com esta dissertação, sem perdê-lo, levar um rio ao mar: ao documentar a evolução da linha gráfica desta publicação, espero ter desvendado intenções e modos de editar desde os alvares do parlamentarismo aos dias de hoje, mesmo tendo balizado o universo de estudo em três períodos.

Ficaram muitos temas por abordar, desenvolver e refletir. Numa próxima etapa, gostaria de me dedicar, como complemento a esta dissertação, a um trabalho ao nível mais linguístico, explorando o vocabulário parlamentar — as intervenções dos deputados são propícias, não rara vez, a criar novas palavras, novos linguajares — e fazendo um paralelo com a Novilíngua.

O Jornal Oficial faz história, tem história, escreve história e alberga os escrevedores da história parlamentar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes consultadas no Arquivo Histórico Parlamentar:

Antunes, Leopoldo, *Estudo para alterações literárias e aspeto gráfico do Diário das Sessões*, 1943.

Coleção da Legislação das Cortes, 1821-1823. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.

Diário da Assembleia Constituinte, Lisboa: Imprensa Nacional, 1975-1975.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822.

Outras fontes:

Barthes, Roland, *O Prazer do Texto precedido de Variações sobre a Escrita*, Lisboa: Edições 70, 2009.

Bicker, João, *Manual Tipográfico de Giambattista Bodoni*, Coimbra: Almedina, 2001.

Castro, Zília Osório de, *Portugal e Brasil: debates parlamentares 1821-1836*, Lisboa: Divisão de Edições, Assembleia da República, vol. 1.

Eco, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa: Editorial Presença.

Ferreira, José António Costa, *1975-2010 Assembleia da República: da Constituinte à Atualidade*, Lisboa: RCP Edições, 2010.

Gill, Eric, *Ensaio sobre tipografia*, Coimbra: Almedina, 2003.

Kane, John, *Manual dos Tipos*, São Paulo: Gustavo Gili, 2012.

Lupton, Ellen (org.), *Tipos na tela*, São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

Machado, Fernão Botto, *No Parlamento: discursos e projetos*, Lisboa: Tipografia Torres, 1929.

Mattoso, José e José Medeiros Ferreira (coord.), *História de Portugal: Portugal em Transe 1974-1985*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 8

Ribeiro, Tomás, *História da Legislação Liberal Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1 e 2.

Santos, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional: organização e relações do poder governamental com a câmara dos deputados 1834-1919*, Lisboa: Divisão de Edições, Assembleia da República, 1986.

Vargas, Ana; Valente, Pedro (coord.), *O Parlamento na Prática*, Lisboa: Divisão de Edições, Assembleia da República, 2008.

Webgrafia:

<http://debates.parlamento.pt/>

http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/home.html

<http://tipografos.net/>

ANEXOS

ANEXO I



Figura 1 – Base de dados Debates Parlamentares

Diário da Assembleia da República 

[Página Inicial](#) > [Diário da Assembleia da República](#) > [Tipos de Debate](#)

Tipos de Debate

Debates

Legislatura Sessão Legislativa

Tipo de Debate

Assunto

Data dos Debates

De a (aaaa-mm-dd)

Autoria

Deputado Grupo Parlamentar/Partido

Figura 2 – Motor de busca disponível no portal do Parlamento

ANEXO II

Evolução dos Logotipos do Jornal Oficial do Parlamento Português
(1826, 1842, 1845, 1870, 1905, 1911, 1921, 1946, 1980, 1999,
respetivamente)

D I A R I O
DA
CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS
DA NAÇÃO PORTUGUEZA.



DIARIO
DA
CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

DIARIO
DA
CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS



DIARIO
DA
ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

REPÚBLICA  PORTUGUESA

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

REPÚBLICA  PORTUGUESA

SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL

DIÁRIO DAS SESSÕES



DIÁRIO da Assembleia da República



DIÁRIO

da **Assembleia da República**

Anexo III

Questões de espaçamento

correspondente ao de papel moeda. Porque nesta segunda hypothese se inculca ser aquelle o modo possível, porque os credores que tem certos titulos de credito, possam haver os seus creditos.

O senhor Serpa Machado. — Admittido o artigo na forma da relação feita pelas duas Comissões estamos exactamente recusados a encontrar nas segundas arrematações os diferentes creditos pelo seu valor real, e não pelo nominal como se tinha concordado. E então a segunda arrematação vem a ser inutil e escusada; a primeira era bastante recebendo o Theouro em preço estes diferentes creditos pelo que valem, e não pelo que representam. Porém se o desconto dos diferentes creditos vem a equiparar-se facticiamente ao do papel moeda, desconto muito inferior ao que tem os creditos da infinia especie, sempre estes vem a preferir por ficarem valendo mais do que eustário, de aquillo porque correm. O Lançador que offerece 120 mil réis em papel moeda, sendo o desconto de vinte por cento offerece tanto como o outro Lançador que lançou cem em moeda metálica; por tanto a operação que ha de fazer-se na segunda arrematação melhor he fazer-se na primeira; e não se multiplicarem por outra maneira entidades desnecessarias.

O senhor Peixoto. — Quando esta questão, depois de decidida, se discute de novo; fui de voto, que o artigo passasse tal qual o apresentou o Ilustre Membro Senhor Brito: e não tendo nós ora mudado de opinião, darei algumas razões da minha convicção.

Façamos a vontade ao nosso povo, que bem o merece.

Tenho dito!

Aplausos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PPD): — Eu troco com o Sr. Deputado Teodoro da Silva.

O Sr. Presidente: — Nesse caso tem a palavra o Sr. Deputado Teodoro da Silva.

O Sr. Teodoro da Silva (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sentindo interpretar o pensamento e o querer de centenas de milhares de trabalhadores portugueses ausentes em terras estrangeiras, onde buscam condições de sobrevivência que a terra madrastra lhes nega, sentir esse que me foi dado pelo voto de milhares de emigrantes, quero chamar a atenção desta Assembleia Constituinte para alguns dos muitos problemas que os affectam.

Figura 1 - *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* n.º 42, de 24 de março de 1821, p. 354

Figura 2 – *Diário da Assembleia Constituinte* n.º 29, de 8 de agosto de 1975, p. 734

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Não funcionamos em ziguezague. Somos muito coerentes!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Precisamos de um Partido Socialista responsável, para o futuro!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.^a Deputada **Heloísa Apolónia**.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, cumprimento todos os Srs. Membros do Governo e as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sobre as avocações eu gostaria de referir, tal como a Mesa já anunciou, que Os Verdes avocaram para Plenário o artigo do Orçamento do Estado relativo às operações de privatização e aquilo que Os Verdes propõem é justamente a eliminação deste artigo no sentido de parar urgentemente este processo absurdo de venda do País, porque é disto que se está a tratar: aos poucos este Governo, setor a setor, vai vendendo ao desbarato este País!!

Figura 3 – *Diário da Assembleia da República* n.º 20,
de 25 de novembro de 2013, p. 4

Anexo IV

Estudo elaborado por Leopoldo Antunes, ex-funcionário parlamentar, que sugere alterações ao aspeto gráfico do *Diário das Sessões* (1943)

Exm^a. Senhor

Encarregado por V. Ex^a. de estudar e propôr algumas alterações à forma literária e aspecto gráfico do "Diário das Sessões", em consequência de reparos de alguns Exmos Deputados que vieram, aliás, ao encontro do desejo que V. Ex^a. em tempo manifestara, tenho a honra de submeter à apreciação de V. Ex^a. o seguinte:

O "Diário das Sessões" é na história do parlamento português a primeira publicação que ~~exerce~~^{serve}, simultaneamente, de Diário e de Acta das Sessões. Assim aparece definido no Decreto-Lei n^o. 24.833. Os Diários do Soberano Congresso de 1820, como os das Câmaras dos Pares e dos Deputados, na Monarquia e os Diários do Senado e da Câmara dos Deputados dos primeiros dezasseis anos de regimen republicano, eram simples relatos, umas vezes feitos livremente pelos redactores, outras à base de trabalho taquigráfico. Nas actas é que o trabalho era mais completo, sendo para êle indispensável muitas vezes o texto completo dos discursos dos senhores parlamentares.

O "Diário das Sessões" não tem, nem pode ter, portanto, qualquer semelhança com aquêles, visto que é mais amplo o objectivo da sua publicação; mas tem, apesar de tudo, e sem vantagem apreciável.

Alterações que me parecem necessárias: 1^a - A seguir às palavras "República Portuguesa - Secretaria da Assembleia Na-

cional - Diário das Sessões, - nº. ____ Ano de ____ de ____,
devia a disposição ser a seguinte:

ASSEMBLEIA NACIONAL

III Legislatura

Sessão nº. _____, em _____ de _____

Presidente: Sua Excelência Doutor José Alberto dos Reis

Secretários os Exmos Srs. { José Manuel da Costa
Augusto Leite Mendes Moreira

2ª - No Sumário deve fazer-se sempre referencia ao expediente e aos tēmas dos discursos pronunciados antes da ordem do dia. Na discussāo de qualquer proposta de lei, projecto de lei ou aviso-prévio, também se deve enunciar a opiniāo dos oradores, visto que, sendo o sumário um auxiliar fácil de consulta, torna-se inútil desde que nēle figurem apenas os nomes dos oradores.

No que respeita à aprovação do "Diário das Sessões", deve definir-se sempre se se trata de emenda ou correção (por deficiência dos serviços redactoriais ou de imprensa) ou de alterações feitas pelos oradores ao seu próprio texto ou palavras pronunciadas.

3ª - A seguir ao Sumário, a disposição deverá ser esta:

O Sr. Presidente: Vai proceder-se à chamada.

Em _____ horas e _____ minutos. Fez-se a chamada, à qual
responderam os seguintes Srs. Deputados:

(segue-se a lista dos que responderam)

O Sr. Presidente: Estão presentes ____ Srs. Deputados. Está aberta a sessão.

Eram ____ horas e ____ minutos.

4.^a. - Algumas vezes, no texto dos discursos, faltam palavras de artigos de leis e outras citações feitas pelos oradores, as quais, segundo o costume do antigo parlamento, são substituídas pela palavra Lei. Parece-me conveniente, e sempre que estou de serviço chamo a atenção do encarregado dos serviços taquigráficos para êsse caso. Bastaria que o taquígrafo colhêsse o n.^o do artigo e da lei citada e as duas primeiras e ~~as~~ duas últimas palavras da citação. Esta minha observação está de acôrdo com o que dispõe o § 1.^o do artigo 16.^o do Decreto-Lei n.^o 24.833, que criou a Secretaria da Assembleia Nacional.

São estas as observações principais que o estudo do caso me provoca. Aproveito a oportunidade para, por minha própria iniciativa, chamar a atenção de V. Ex.^a para as péssimas condições acústicas da sala. Talvez o problêma, pelo menos, pudesse ser resolvido em relação à bancada dos taquígrafos, que não ouvem os Srs. Deputados quando êstes falam na tribuna. Por isso se deslocam para a mēsa do redactor e teem de trabalhar de pé e curvados, o que torna difícil e exaustivo o seu esforço em trabalho de tanta responsabilidade.

Lx.^a. 24/3/1943.

Para melhor demonstração das alterações que submeto ao juízo de V. Ex^a., apresento um número do "Diário" já com essas alterações:

R E P U B L I C A P O R T U G U E S A

SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL

D I Á R I O D A S S E S S Õ E S

Nº. ____ ANO DE 1943 ____ DE MARÇO

ASSEMBLEIA NACIONAL

III Legislatura

Sessão nº. ____, em ____ de ____

Présidente: Sua Excelência Doutor José Alberto dos Reis

Secretários: Exmos. Srs. { José Manuel da Costa
{ Augusto Leite Mendes Moreira

Sumário:- _____

Antes da ordem do dia:- _____

Ordem do dia:- _____

O Sr. Presidente: Vai proceder-se à chamada.

Eram ____ horas e ____ minutos. Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

O Sr. Presidente: Estão presentes _____ Srs. Deputados.

Está aberta a sessão:

Eram _____ horas e _____ minutos.

Leu-se o

Expediente

Antes da ordem do dia

(Segue-se o texto como o costume)

No final da sessão:

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

R E P U B L I C A P O R T U G U E S A

S E C R E T A R I A D A A S S E M B L E I A N A C I O N A L

D I Á R I O D A S S E S S Õ E S

Nº. _____ ANO DE _____ DE _____

A S S E M B L E I A N A C I O N A L

I I I L e g i s l a t u r a

Sessão nº. _____ , em _____ de _____

Presidente: Exmo Sr.

Secretários: Exm^{as} Srs.

Sumário: _____

Antes da ordem do dia: _____

Ordem do dia: _____

O Sr. Presidente: Vai proceder-se á chamada:

Eram _____ horas e _____ minutos. Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

O Sr. Presidente- Estão presentes _____ Srs. Deputados

Está aberta a sessão:

Eram _____ horas e _____ minutos

Leu-se o

Expediente

Antes da ordem do dia

(Segue-se o texto como o costume)

No final da sessão:

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Srs. Deputados que faltaram á sessão:
